

Salus Infraestrutura Portuária S.A.

CNPJ/MF 15.494.541/0001-90

Relatório da Administração - 2021 - 4º Trimestre

A Salus Infraestrutura Portuária S.A. ("Companhia"), constituída em 27 de março de 2012 é uma Sociedade anônima, listada na categoria "B", registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Companhia tem por objeto social a implementação de projeto de investimento na área de infraestrutura portuária, qual seja a execução, por si ou por terceiros, da dragagem e manutenção do Canal de Piaçaguera, no município de Cubatão, Estado de São Paulo, assim como a condução de todas as demais atividades necessárias à consecução desse projeto, relacionado atualmente a um único cliente. A Administração da Companhia é bastante otimista com o potencial do setor de infraestrutura no Brasil e espera contribuir para o seu desenvolvimento por meio de suas atividades. Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a Companhia, no exercício findo em 31 de março de 2021, contratou a Grant Thornton Auditores Independentes somente para a prestação de serviços de revisão das informações trimestrais e auditoria das demonstrações contábeis anuais, não tendo a referida empresa prestado qualquer outro tipo de serviço à Companhia.

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais - R\$)				
ATIVO	Nota	31/12/2021	31/12/2020	
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.290	1.290	
Aplicações financeiras	4	9.425	7.243	
Contas a receber	5	35.709	32.292	
Impostos a recuperar	6	5.409	6.525	
Total do ativo circulante		51.833	47.350	
Ativo não circulante				
Impostos a recuperar	6	444	444	
Imobilizado	7	159.840	215.768	
Total do ativo não circulante		159.224	216.212	
Total do ativo		211.757	263.562	

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais - R\$)				
	Capital Social	Legal	Reservas de lucros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	20.512	-	-	(24.364)
Resultado do exercício	-	-	-	(7.572)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	20.512	-	-	(11.422)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(11.827)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	20.512	-	-	(43.763)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)				
1. Contexto operacional: A Salus Infraestrutura Portuária S.A. ("Companhia"), constituída em 27 de março de 2012 é uma Sociedade anônima, listada na categoria "B", registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Companhia tem por objeto social a implementação de projeto de investimento na área de infraestrutura portuária, qual seja a execução, por si ou por terceiros, da dragagem e manutenção do Canal de Piaçaguera, no município de Cubatão, Estado de São Paulo, assim como a condução de todas as demais atividades necessárias à consecução desse projeto, relacionado atualmente a um único cliente. No exercício de 2015, a Companhia iniciou suas operações mediante o desenvolvimento do projeto de investimento na área de infraestrutura portuária da dragagem e manutenção do Canal Piaçaguera, no município de Cubatão, Estado de São Paulo. Em 16 de fevereiro de 2018, foi emitida carta com a indicação da conclusão das obras mediante o recebimento, em 29 de dezembro de 2017, do aceite por parte do cliente, onde este dá quitação aos serviços prestados pelos fornecedores contratados. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou prejuízo no montante de R\$ 11.827 (R\$ 7.572 em 31 de dezembro de 2020), um capital circulante líquido negativo de R\$ 38.076 (negativo em R\$ 32.372 em 31 de dezembro de 2020) e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) em R\$ 23.251 (R\$ 11.424 em 31 de dezembro de 2020). As demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional, pois a Administração concluiu, com base em seu julgamento, que a situação patrimonial atual de prejuízo, capital circulante líquido negativo e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) é prevista no plano de negócios e que a Companhia gerará recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível. 1.1. Coronavirus (Covid-19) - contexto geral: Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de Coronavirus (Covid-19) como uma pandemia. A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, que tem potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção da cadeia de suprimentos e o aumento significativo das incertezas econômicas, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação da Covid-19 possam provocar. A Companhia vem acompanhando desde o início os possíveis impactos da Covid-19 sobre suas operações, no entanto, não foram identificados, até a data de autorização para emissão dessas demonstrações contábeis, impactos oriundos da referida pandemia em suas demonstrações contábeis. 2. Principais práticas contábeis - 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela CVM. A Administração da Companhia não se declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão. As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia no Brasil. As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis. 2.2. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, clientes e outros valores a receber, fornecedores, dividendos a pagar e debêntures. Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros. O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo recebido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados a: Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto; • Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto; • Valor Justo por Meio do Resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gere e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. 2.3. Clientes e outros valores a receber: Representam valores a receber por meio de prestações de serviços de infraestrutura portuária da dragagem e manutenção. Não há constituição de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa face à ausência de histórico de perdas de valores faturados e ausência de expectativa de perdas futuras dos valores registrados. 2.6. Imobilizado: Reconhecido pelo custo de aquisição e de construção, deduzido da depreciação acumulada e qualquer perda acumulada por redução ao valor recuperável. 2.7. Outros passivos: Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. 2.8. Receita de prestação de serviços de infraestrutura: A receita de serviços decorre do desenvolvimento do projeto de investimento na área de infraestrutura portuária da dragagem e manutenção. Os valores e as condições são acordados entre as partes e tais receitas são reconhecidas no resultado de acordo com a competência, ou seja, à medida que o serviço é prestado. 2.9. Lucro (prejuízo) líquido básico e diluído por ação: Calculado dividindo-se o lucro (prejuízo) líquido do exercício entre o número de ações, para a medida da média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o exercício. Não há instrumentos financeiros, que possam ser conversíveis, em ação, não afetando o lucro diluído por ação. 2.10. Demonstração do valor adicionado (DVA): Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas. A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. 2.11. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC): As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas pelo método indireto de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 "Demonstração dos fluxos de caixa", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). 2.12. Novas normas, alterações e interpretações: Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter				

Reservas de lucros				
	Legal	Retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	-	(24.364)	(24.364)
Resultado do exercício	-	-	(7.572)	(7.572)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	-	(11.827)	(11.827)
Prejuízo do exercício	-	-	(11.827)	(11.827)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	-	(43.763)	(43.763)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

3. Caixa e equivalentes de caixa

31/12/2021	31/12/2020
1.290	1.290
Total	1.290

4. Aplicações financeiras

31/12/2021	31/12/2020
9.425	7.243
5.409	-
Total	9.425

(*) Referem-se a aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e risco insignificante de mudança no valor.

5. Contas a receber

31/12/2021	31/12/2020
35.709	32.292

(*) Refere-se à tarifa cobrada das embarcações que transitam no Canal de Piaçaguera, devido ao desenvolvimento do projeto de investimento na área de infraestrutura portuária da dragagem e manutenção. A tarifa é fixada com base no volume de toneladas transitado. Os pagamentos são efetuados anualmente a cada dia 15 do mês de setembro de cada ano; (***) O valor refere-se à provisão do recebimento, entre volume de toneladas transitado e o valor mínimo previsto em contrato. O saldo é composto como segue:

31/12/2021	31/12/2020
548	1.734
2.116	1.973
444	444
1.868	1.628
877	1.190
Total	5.853

6. Imobilizado

31/12/2021	31/12/2020
159.840	215.768

Desenvolvimento e implementação de projeto (a)

31/12/2021	31/12/2020
423.488	423.488
(264.008)	(207.720)
Total	159.480

(a) Refere-se à implementação e ao desenvolvimento de projeto de investimento na área de infraestrutura portuária da dragagem e manutenção do Canal de Piaçaguera. O projeto visa recuperar e restabelecer a profundidade mínima prevista e exigida na carta náutica. A movimentação do saldo da rubrica "Imobilizado" é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2019				
Adições	(56.288)			
Depreciação (*)				(15.268)
Saldo em 31 de dezembro de 2020				215.768
Adições	(56.288)			
Depreciação (*)				(56.288)
Saldo em 31 de dezembro de 2021				159.480

(*) O ativo é depreciado conforme o contrato de contraprestação, pela vida útil total de 120 meses, contados desde o início da dragagem. A depreciação iniciou após a entrega da 1ª fase em outubro de 2016 (23 meses após o início da dragagem).

Impostos, taxas e contribuições a recolher				
	31/12/2021	31/12/2020		
PIS e Cofins	690	619		
ISS	836	687		
IRRF	2	5		
Total	1.528	1.311		

Debêntures				
	31/12/2021	31/12/2020		
Debêntures	233.275	273.350		
Circulante (**)	88.348	78.257		
Total	144.927	195.093		

(*) Em 31 de dezembro de 2021, o valor refere-se ao principal de R\$ 91.217, deduzido do custo de captação no montante R\$ 2.869. Em 15 de março de 2015, foram emitidas 210.899 debêntures decorrentes da negociação conforme o Quarto Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, emitido em 26 de fevereiro de 2015. As debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição registrada na CVM e foram registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio da CETIP S.A. - Mercados Organizados e da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. As debêntures são atualizadas por juros remuneratórios de 6,79% ao ano, acrescidos de Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O custo incorrido para a emissão das debêntures foi de R\$ 23.012. O vencimento final das debêntures será em 15 de outubro de 2024. A remuneração das debêntures é paga anualmente, de forma simultânea com as parcelas de amortização das debêntures, sempre no dia 15 de outubro de cada ano, sendo os juros pagos a partir do dia 15 de outubro de 2015 e o principal a partir do dia 15 de outubro de 2017. Durante o período compreendido entre a data da emissão e a data do primeiro pagamento das debêntures (período de carência), a remuneração é paga parcialmente e o valor da remuneração que não for paga ao debenturista fica incorporado ao valor nominal unitário atualizado, no fim de cada período de capitalização. Não há cláusulas para resgate das debêntures, nem covenants financeiros. Em 25 de agosto de 2017, foram emitidas novas debêntures conforme Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão, para Distribuição Pública de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica com Garantia Adicional Real, da Salus Infraestrutura Portuária S.A. que foi aditado em 06 de setembro de 2017 com primeiro pagamento para 15 de outubro de 2019, com juros remuneratórios de 5,75% ao ano, com atualização pelo IPCA, e periodicidade de pagamentos anual. O Contrato de Coordenação, Coleção e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirográfrica com Garantia Real, em Loté Único e Individual, sob o Regime de Melhores Esforços de colocação, da 2ª Emissão da Salus Infraestrutura Portuária S.A. foi assinado em 15 de agosto de 2017, ora constituída em garantia ao pagamento das debêntures: (i) a cessão fiduciária de determinados direitos creditórios; e (ii) alienação fiduciária das ações representativas da totalidade do capital social da Companhia, de titularidade da Salus FIP. As debêntures estão sujeitas ao cumprimento de determinados covenants não financeiros. A Administração da Companhia declara que todas as cláusulas restritivas que exigiram pagamento antecipado das dívidas foram cumpridas em 31 de dezembro de 2021. A movimentação das debêntures para o período findo em 31 de dezembro de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2019				
Juros e amortização dos custos de emissão de debêntures	36.511			
Juros pagos	(22.423)			
Amortização principal	(1.619)			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	273.350			
Juros e amortização dos custos de emissão de debêntures	51.115			
Juros pagos	(20.154)			
Amortização principal	(71.306)			
Saldo em 31 de dezembro de 2021	233.275			

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis				
Debitores	34	34	154	154
Impostos, taxas e contribuições a recolher	8	1.528	1.311	1.311
Debêntures	9	80.596	78.257	78.257
Total do passivo circulante		82.158	79.722	
Passivo não circulante				
Dividendos a pagar	171	171	171	171
Debêntures	9	152.679	195.093	195.093
Total do passivo não circulante		152.850	195.264	
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)				
Capital social	11.1	20.512	20.512	20.512
Prejuízos acumulados		(43.763)	(31.936)	(31.936)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(23.251)	(11.424)	
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		211.757	263.562	

Demonstrações do resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo líquido básico e diluído por ação)				
	Nota	31/12/2021	31/12/2020	
Receita líquida		12	95.350	85.622
Custo dos serviços prestados		13	(56.288)	(56.288)
Resultado bruto (Despesas) receitas operacionais			39.062	29.334
Despesas gerais e administrativas	14	(558)	(760)	
Despesas tributárias	14	(56)	(38)	
		(614)	(798)	
Resultado operacional antes do resultado financeiro		38.448	28.536	
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	15	866	405	
Despesas financeiras	15	(51.141)	(36.513)	
		(50.275)	(36.108)	
Prejuízo do exercício		(11.827)	(7.572)	
Prejuízo por ação - R\$		16	(28,16)	(18,02)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais - R\$)				
	31/12/2021	31/12/2020		
Prejuízo do exercício	(11.827)	(7.572)		
Outros resultados abrangentes	-	-		
Total do resultado abrangente do exercício	(11.827)	(7.572)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais - R\$)				
	31/12/2021	31/12/2020		
Prejuízo do exercício	(11.827)	(7.572)		
Outros resultados abrangentes	-	-		
Total do resultado abrangente do exercício	(11.827)	(7.572)		

Demonstrações do valor adicionado - para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais - R\$)				
	31/12/2021	31/12/2020		
Receitas	12	111.195	99.851	
Insumos adquiridos de terceiros		(16.404)	(14.989)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		94.791	84.862	
Valor adicionado bruto		94.791	84.862	
Retenções				
Depreciação e amortização	7 e 13	(56.288)	(56.288)	
Valor adicionado recebido em transferência		38.503	28.574	
Receitas financeiras, incluindo variação cambial líquida	15	866	405	
Valor adicionado total a distribuir		39.369	28.979	
Distribuição do valor adicionado				
Impostos, taxas e contribuições		55	38	
Despesas financeiras	15	51.141	36.513	
Prejuízo do exercício		(11.827)	(7.572)	
Valor adicionado distribuído		39.369	28.979	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

15. Resultado financeiro				
	31/12/2021	31/12/2020		
Receitas financeiras:				
Recebimentos de aplicações financeiras		866	405	
Despesas financeiras:				
Juros remuneratórios e correção monetária das debêntures (Nota nº 9) (*)		(47.544)	(34.311)	
Amortização dos custos de emissão de debêntures (Nota nº 9)		(3.571)	(2.380)	
Total		(51.141)	(36.513)	
Prejuízo por ação - R\$		(11,83)	(7,57)	

(*) Variação relevante devido à variação no índice do IPCA no período comparativo.

16. Prejuízo por ação: O prejuízo por ação pode ser demonstrado conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo do exercício	(11.827)	(7.572)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	420.000	420.000
Resultado líquido básico por ação (em reais - R\$)	(28,16) </	